

Educação Superior a Distância, Tecnologias de Informação e Comunicação e Inclusão Social no Brasil

Jose Matias-Pereira*

Resumo: Observa-se que as mudanças de paradigmas no campo das tecnologias de informação e comunicação (TICs) estão impactando na atualidade de forma intensa na sociedade mundial, em particular na geração de novas possibilidades na definição de políticas públicas de educação a distância (EaD). Diante deste cenário temos como objetivo principal neste artigo analisar as limitações e as possibilidades da educação superior a distância, apoiada na utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com vista a avaliar se está contribuindo para elevar o nível de inclusão social no Brasil. Procuramos aprofundar a discussão sobre os aspectos mais sensíveis e a validade da utilização do ensino superior a distância, apoiado pelas TICs, num país de perfil continental e marcado pela diversidade, num contexto onde a aprendizagem continuada passou a fazer parte na vida das pessoas. Concluímos que a ampliação das ações do Estado brasileiro, em termos de estímulos governamentais e de desenvolvimento de pesquisas, exige medidas criativas e inovadoras no campo das políticas públicas de educação superior, com ênfase em recursos humanos, infra-estrutura e investimentos em novas tecnologias de informação e comunicação, para dessa forma, viabilizar uma crescente inclusão social no país.

Palavras-chave: educação a distância; políticas públicas; tecnologias de informação e comunicação; inclusão social; Brasil.

Distance Education, Information and Communication Technologies (ICTs) and Social Inclusion in Brazil

Abstract: It is observed that the changes of paradigms in the field of information and communication technologies (ICTs) are impacting today so intense in the international community, particularly the generation of new possibilities in the definition of public policies for distance learning (DL). Against this background we have as main objective in this article examine the limits and possibilities of distance education, supported by intensive The use of ICTs in order to determine if it is helping raise the level of social inclusion Brazil. We seek to further discuss the most critical aspects and validity of the use of distance education supported by ICTs in a country of continental profile and marked by diversity in an environment where continuous learning has become part of people's lives. We conclude that further actions of the Brazilian state in terms of government encouragement and development of research, needs creative and innovative in the field of public higher education, with emphasis on human resources, infrastructure and investments in new information and communication technologies, to thereby enable an increasing social inclusion in the country.

*Professor-pesquisador associado do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília. Doutor em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madri – Espanha, e Pós-doutor em Administração pela Universidade de São Paulo (FEA/USP). E-mail: matias@unb.br

Keywords: distance education, public policy, information and communication technologies, social inclusion, Brazil

Educación a Distancia, Tecnología de la Información y Comunicación y Inclusión social en Brasil

Resumen:

Se observa que los cambios de paradigmas en el campo de las tecnologías de la información y comunicación están afectando hoy en día tan intenso en la comunidad internacional, especialmente la generación de nuevas posibilidades en la definición de políticas públicas para la enseñanza a distancia (DL). En este contexto, tenemos como principal objetivo en este artículo analizar los límites y posibilidades de educación a distancia, apoyado por el uso intensivo de las tecnologías de la información y comunicación (TICs) a fin de determinar si está ayudando a elevar el nivel de inclusión social Brasil. Buscamos para discutir a fondo los aspectos más críticos y la validez de la utilización de la educación a distancia apoyada por las TICs en un país de perfil continental, caracterizado por la diversidad en un entorno en parte en la que se ha convertido en el aprendizaje continuo de la vida de las personas. Concluimos que las nuevas medidas del Estado brasileño en términos de apoyo del Gobierno y el desarrollo de la investigación, las necesidades creativas e innovadoras en el ámbito de la educación superior pública, con énfasis en recursos humanos, infraestructura e inversiones en nuevas tecnologías la información y comunicación, para permitir así a la inclusión social cada vez mayor en el país.

Palabras clave: educación a distancia; políticas públicas; tecnologías de la información y comunicación; inclusión social, Brasil

Introdução

É perceptível que ao longo da história o surgimento de novas ferramentas de comunicação implica em turbulências, provocando concomitantemente modificações na estrutura do pensamento, nos modos de apreensão do conhecimento e nas interações sociais. A acelerada evolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) na atualidade é responsável pelo surgimento de novas linguagens e novos tipos de texto. Nesse novo cenário, conforme assinala Coscarelli (2003), o texto deixa de ser um todo contíguo, uma estrutura linear, predominantemente verbal, para constituir-se em estrutura fragmentada, da qual fazem parte ícones, imagens estáticas e/ou animadas e sons. Assim, deixa de ser monomídia para transformar-se em multimídia.

Nesse sentido, Matias-Pereira (2008, p. 44-54) destaca que as transformações sociais aceleradas, provocadas pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e

comunicação, e a necessidade da rápida circulação da informação, são as principais responsáveis pelas necessidades de alterar as perspectivas de formação dos indivíduos. Isso tem exigido um número cada vez maior de trabalhadores polivalentes, capazes de investir na sua própria formação, de modo a acompanhar o progresso. Em resposta a isso, o cidadão terá de ser capaz de se adaptar a novas realidades e, em especial, de aprender a desempenhar novas tarefas de uma forma rápida e eficiente (RYAN et al, 2000). Por sua vez, Rosenberg (2001) descreve estratégias de desenvolvimento de programas de *e-learning* orientados principalmente para o mundo empresarial.

Registre-se que a utilização de técnicas de educação a distância não é uma novidade no mundo. Os cursos à distância é um fenômeno relativamente novo na educação brasileira, considerando que apenas em 2005 os diplomas de alunos formados em graduações à distância tornaram-se equivalentes aos de cursos presenciais. Observa-se que o ensino a distância vem sendo uma alternativa concreta para milhares de jovens e adultos que não tiveram assegurado o direito de ingressar nos cursos presenciais de ensino superior. Assim, temos como propósito analisar, a seguir, os aspectos mais relevantes sobre essas ações no campo da educação à distância no Brasil.

A educação a distância, na sua essência, é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional (ARETIO, 1996, 2009). Trata-se, em geral, de uma educação disponibilizada para um grande número de pessoas. Essa forma de educação substitui a interação pessoal entre professor e aluno na sala de aula, como meio preferencial do ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes. Sustenta aquele autor, ao tratar do aspecto bidirecional da comunicação nos cursos de EaD, que essa relação dialógica, interativa entre o professor-tutor e seu aluno, se apresenta como um fator essencial para o sucesso dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância.

Peters (1998) define a educação/ensino à distância como um método racional de compartilhar conhecimentos, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais, bem como pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para produzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo, enquanto esses materiais durarem. É uma forma industrializada de ensinar e aprender. Por sua vez, Moore (1973, 1989), define EAD como a família de métodos instrucionais onde as ações dos professores são executadas à parte das ações dos alunos, incluindo situações continuadas que podem ser feitas na presença dos estudantes. A comunicação professor-aluno deve ser facilitada por meios impressos, eletrônicos, mecânicos ou outros.

O debate sobre o papel da educação em uma sociedade de caráter acentuadamente multicultural é recente, tanto em nível nacional como internacional. A gênese dessa preocupação é motivada por distintas razões em termos: sociais, políticos, ideológicos e culturais, nos diferentes contextos onde está aflorando com maior intensidade, em especial na Europa, Estados Unidos e América Latina (BECKER, 1975). Nesse cenário de transformações, a concepção da escola, suas funções e relações com a sociedade, o

conhecimento e a construção de identidades pessoais, sociais e culturais se encontram em questionamento.

Metodologia e Relevância do Estudo

Observa-se que as mudanças de paradigmas no campo da informação e comunicação estão impactando na atualidade de forma intensa na sociedade mundial, em particular na geração de novas possibilidades na definição de políticas públicas de educação. Diante deste cenário temos como objetivo principal neste artigo analisar as limitações e as possibilidades da educação superior a distância, apoiada na utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação (TICs), com vista a avaliar se está contribuindo para elevar o nível de inclusão social no Brasil. Procuramos aprofundar a discussão sobre os aspectos mais sensíveis e a validade da utilização do ensino superior a distância, apoiado pelas TICs, num país de perfil continental e marcado pela diversidade, num contexto onde a aprendizagem continuada passou a fazer parte na vida das pessoas. Temos como objetivos específicos: analisar as principais teorias de EaD, os paradigmas educacionais e o paradigma tecnológico de informação e comunicação; referenciar as experiências bem sucedidas em educação a distância no Brasil; e, uma avaliação das motivações da criação da Universidade aberta do Brasil, e de forma especial, o seu projeto piloto, o curso de graduação em administração a distância.

Para diversos autores, como por exemplo, Baker (2004), Schwartzman (2006), dentre as políticas sociais, a educação ocupa posição especial. Esta posição de destaque não se restringe às teorias de capital humano - que atribuem à educação um papel fundamental para o desenvolvimento econômico -, mas também pela constatação mais recente de que as desigualdades educacionais são o principal correlato das desigualdades de renda, oportunidades e condições de vida.

Sustenta Schwartzman (2006, p. 3), que apesar do consenso que existe a respeito da importância da educação, “há muitas dúvidas sobre o que fazer nesta área, tanto no que se refere à educação formal convencional, na escola fundamental e média, quanto, sobretudo, a outras modalidades, como a educação pré-escolar, a educação de jovens e adultos, a educação continuada, e o uso de novas tecnologias para a transmissão de conhecimentos; existe também muita controvérsia a respeito do que fazer em relação a educação superior.”

Torna-se relevante destacar que a educação tem a finalidade em si mesma, razão pela qual deve preocupar-se com as questões mais relevantes para a sociedade, como: a construção da cidadania, a leitura do mundo, a habilidade do pensamento e rigor da ciência, o desenvolvimento do senso estético, a construção do senso crítico e da utopia. Na busca para atingir esses objetivos, o país necessita de contar com um sistema de ensino superior bem estruturado. As deficiências e fragilidades apontadas na literatura acadêmica e nas avaliações recentes do sistema superior brasileiro (INEP/MEC, 2007) mostram que o sistema de formação universitária não está conseguindo cumprir o seu papel da forma adequada.

O tema objeto deste artigo inclui-se entre aqueles que têm merecido uma crescente atenção nos últimos anos de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Observa-se que a

educação superior tem sido foco de debates em toda a sociedade e objeto de implementação de políticas públicas diversificadas, visando ampliar seu alcance e qualidade. Isso reforça o nosso entendimento da necessidade de que o debate integre análises e propostas vinculadas à educação superior e, ainda, que possa garantir maior participação dos diversos atores sociais. A partir destas reflexões e considerações iniciais, torna-se possível formular a seguinte pergunta de trabalho: *A educação a distância, apoiada nas novas tecnologias de informação e comunicação, se apresenta como uma ferramenta relevante para apoiar a implantação de políticas públicas de educação inclusivas no Brasil?*

Partimos do pressuposto que, a utilização da educação a distância, sustentada pelas novas TICs permite incluir, por meio da oferta de oportunidade de educação da qualidade, um grande número de pessoas que estão distantes de centros de formação, e que estão impossibilitadas de frequentar os ambientes presenciais. A educação a distância, nesse contexto, é aceita como a ferramenta mais adaptável para atender a demanda de um enorme contingente da população do país que já se encontra em idade adulta, em atividade profissional, ou impossibilitada de se locomover. São pessoas que não podem frequentar o ensino presencial, pois não dispõem das condições adequadas para isso.

Apesar de existir há mais de 150 anos no mundo, somente nas duas últimas décadas a educação a distância se tornou alvo de estudos e pesquisas acadêmicas, de forma sistematizada (MAIA; ABAL, 2001). Nesse sentido, temos como motivação neste estudo os seguintes aspectos: i) a educação a distância apresenta-se como um tema relativamente novo em termos de educação superior no país; e ii) a importância de se construir uma massa crítica no que se refere à EaD no Brasil. Assim, entendemos que esta pesquisa bibliográfica, documental e exploratória, apresenta-se como uma contribuição para elevar o nível de conhecimento na área de EaD, além de permitir o surgimento de novas idéias e descobertas.

Observa-se que a internet, hipertexto eletrônico, hipermídia/multimídia, CD Rom, DVD estão cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos e das escolas. As TIC, na medida em que vão se integrando à sociedade impõe um novo paradigma, em particular, a exigência da escola de estimular a inclusão digital dos seus alunos. A conexão da escola com a vida social mais ampla é destacada por Freire (1971, 1996, 1997, 2000), quando argumenta que cabe à educação expor o educando à experiência do debate e à análise de problemas, garantindo condições de verdadeira participação.

Nesse sentido, destaca Peters (1998, 2001) que não estamos lidando com um processo de transição no campo da educação, mas com transformações rápidas e abruptas que envolvem mudanças de paradigma. Observa-se, assim, que o principal desafio da educação a distancia é o mesmo que enfrenta a educação presencial: elevar o nível de formação em distintos níveis, em especial no nível de formação universitária que está propiciando a população, bem como estimular a pesquisa com vista a avançar nessas melhorias.

Metodologicamente iremos aprofundar a análise sobre o uso intensivo das novas tecnologias de comunicação e informação, caracterizadas pela interatividade e pela sua capacidade de uso individualizado, para permitir por meio da EaD a ampliação da oferta de

educação no Brasil; bem como os aspectos mais relevantes que envolvem a formulação e implementação de políticas públicas na área de educação no Brasil. É importante destacar que, a “educação deve ser entendida como parte integrante de um elenco de políticas públicas e sociais que estão sendo implantadas no Brasil (MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 44-54).”

Analisar as políticas públicas, ações e atividades exercidas pela educação superior no Brasil, em particular a utilização da educação a distância é um assunto importante, levando-se em consideração as suas possibilidades de atender demandas de conhecimento e formação oriundas do processo de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e científico e tecnológico do país, com vista a contribuir para a redução das desigualdades e a promoção da inclusão social no Brasil. Assim, ao aprofundar a análise do tema do artigo buscamos contribuir para uma melhor compreensão sobre as limitações e possibilidades das políticas públicas de EaD, e como elas podem inserir-se para apoiar as mudanças sócio-econômicas do país, especialmente como mecanismo de inclusão social. Este estudo possui algumas limitações, em especial as que dizem com a amplitude e a complexidade do tema em análise, razão pela qual entendemos relevante destacar que não temos a pretensão de esgotar o assunto neste artigo.

Referencial Teórico

No debate sobre a educação a distância (EaD), torna-se essencial destacar a relevância da contribuição de inúmeros estudiosos do assunto, no esforço de construir uma teoria da educação a distância. Keegan (1991) classifica três grupos as contribuições dos estudiosos no campo teórico da EaD: Teoria da Autonomia e da Independência. Esta teoria, formulada por Michael G. Moore (1989) e Charles A. Wedemeyer (1981) possui quatro fatores básicos: autonomia, distância, estrutura e diálogo; Teoria da Industrialização. Proposta por Otto Peters (1998), que desenvolveu estudos que sinalizam para a assimilação de pressupostos da era industrial por parte da estrutura da educação à distância; Teoria da Interação e da Comunicação. Esta teoria tem como base os estudos de Holmberg, de forma especial, na Educação a distância: situação e perspectivas (1985), que enfoca os diferentes aspectos e possibilidades da EaD. Nos seus estudos Holmberg apresenta como eixo central de sua teoria a EaD como um método de conversação didática guiada, orientada para a aprendizagem.

O artigo também está apoiado na Teoria Construtivista por entender que ela apresenta-se como a mais adequada para apoiar as discussões, e em especial, os argumentos utilizados ao longo deste estudo. Na busca de concretizar o objetivo deste artigo, visto que estamos diante de um tema amplo e complexo, julgamos mais adequado conduzir a investigação em uma perspectiva construtivista, tendo na abordagem qualitativa o instrumento de expressão dos dados coletados. Registre-se que a pesquisa qualitativa está preocupada com o processo, muito mais do que com os resultados e o produto (TRIVIÑOS, 1987).

O construtivismo sustenta a idéia de que o conhecimento não seria fixo, mas construído por um indivíduo por meio de sua experiência com os objetos do mundo. As teorias construtivistas propostas por Piaget (1990), procuraram mostrar que em algum momento da

vida o indivíduo sai de seu mundo particular – que estaria baseado pelo egocentrismo - e insere-se num novo contexto marcado pelas relações sociais. Sustentam, nesse sentido, que as atividades cooperativistas se ajustariam nesta nova situação marcada pelas relações sociais, pela busca de soluções comuns e pelo crescimento cognitivo os quais seriam difíceis ou mesmo impossíveis de se alcançar sozinho. Assim, a história humana estaria intimamente e profundamente marcada por este tipo de relação.

Registre-se nesse contexto, a relevância dos estudos desenvolvidos por Vygotsky (1987,1994). Aquele autor, na sua teoria sócio-histórico-cultural, sustenta que a origem das mudanças que ocorrem no homem, ao longo do seu desenvolvimento, está vinculada às interações que ocorrem entre o sujeito e a sociedade, a cultura e a sua história de vida, além das oportunidades e situações de aprendizagem, que promovem este desenvolvimento, ponderando acerca das várias representações de signo, instrumento, cultura e história, propiciando o desenvolvimento das funções mentais superiores. Para o citado autor o “aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer.”

Por sua vez, argumenta Becker (1994) que, no construtivismo, o conhecimento é uma construção, contra os (neo) behavioristas, nos quais o conhecimento é reflexo do mundo exterior gravado na mente do sujeito por intermediação da linguagem, e os socio-biólogos, o conhecimento está em grande parte determinado pelos genes. Para aquele autor, ser construtivista é realizar uma teoria articulada dessa visão de mundo e produzir uma prática coerente com essa teoria em todos os níveis da vida.

A construção do conhecimento, para Machado (2004, p. 89), seria como construir uma grande rede de significados, em que “os nós seriam os conceitos, as noções, as idéias, em outras palavras, os significados; e os fios que compõem os nós seriam as relações que estabelecemos entre algo em que concentramos nossa atenção e as demais idéias, noções ou conceitos; tais relações se condensam em feixes, que, por sua vez, se articulam em uma grande rede.”

Bases das Teorias das Tecnologias de Informação e Conhecimento

Distintos autores, como por exemplo, Bell (1973), Castells (1996), Kumar (1997), e Webster (1995), abordaram nas últimas décadas as implicações do advento de um novo tipo de sociedade, objetivando definir e caracterizar a sociedade da informação. Destacam-se, no rol desses autores os estudos seminais de Bell (1973), criador da teoria do pós-industrialismo. Registre-se que a expressão pós-industrialismo foi criado em substituição aos termos informação e conhecimento, que serviram para caracterizar o novo tipo de sociedade que surgia diante de uma onda de entusiasmo e do crescente desenvolvimento das tecnologias de computação e comunicação. Por sua vez, Kumar (1997, p. 21), na mesma linha de Bell (1973), entende que “a informação designa hoje a sociedade pós-industrial. É o que a gera e sustenta”. Para o citado autor, a sociedade pós-industrial poderia ser caracterizada por uma sociedade de serviços, oferece oportunidades de emprego para profissionais liberais e de nível técnico.

Deve-se ressaltar a relevância da concepção social de Webster (1995), que distingue analiticamente cinco definições para sociedade da informação, de acordo com os seguintes critérios: tecnológico, econômico, ocupacional, espacial e cultural. Webster (1995, p. 6), também trata da influência da variável tecnológica para a formação da sociedade pós-industrial, apontando analiticamente cinco definições para sociedade da informação, de acordo com os seguintes critérios: tecnológico, econômico, ocupacional, espacial e cultural. Castells (1996, p. 3), alinhado à visão de Webster, sustenta que, atualmente, as sociedades avançadas mundiais estão sofrendo uma transformação estrutural causada por uma “evolução tecnológica baseada em tecnologias de informação/comunicação, as formações de uma economia global e um processo de mudança cultural cujas principais manifestações são a transformação do papel das mulheres na sociedade e o aumento do desenvolvimento de uma consciência ecológica.”

Posteriormente Castells (1999), ao abordar o tema sociedade da informação apontou as seguintes características: inovação, velocidade e conexão. Para aquele autor a inovação é o resultado da interação de inúmeros órgãos públicos, agentes econômicos, atores sociais e instituições que produzem um fluxo permanente de troca de informações e de conhecimento; velocidade diz com uma era na qual até mesmo nanosegundos tornaram-se demasiado lentos, como medida de algumas operações de computador; e conexão na qual o mundo se transforma em uma aldeia global. A Internet aparece como possibilidade de conexão entre as diversas pessoas.

É oportuno recordar que na primeira metade da década de 1980, utilizava-se o termo “computador” para designar todas as atividades relacionadas ao processamento de dados e informações. O acelerado desenvolvimento tecnológico e a massificação da informática consolidaram posteriormente a expressão “tecnologias de informação e conhecimento – TICs”. Para Keen (1996), as TICs tornaram-se a designação mais utilizada para um conjunto de equipamentos, aplicações e técnicas básicas utilizado para o processamento e a gestão. Assinalam Rosini e Palmisano (2003), que a definição da TIC abrange uma variedade de hardwares e softwares que proliferam rapidamente com a capacidade de coletar, processar, armazenar e acessar números e imagens para controle de equipamentos e processos de trabalho, bem como de conectar pessoas, funções e escritórios tanto dentro das organizações quanto entre elas.

Observa-se, na segunda metade da última década do século XX, a questão das tecnologias ressurge com intensidade no cenário das atividades escolares, notadamente nos âmbitos da sala de aula, da gestão e da administração. Nesse contexto, Oliveira (1999, p. 155), ao tratar da hipótese da tecnologia educacional revisitada, refere-se ao [...] resgate da importância da tecnologia educacional, tal como defendida pelo tecnicismo pedagógico, mas tratada, agora, de forma diferente: – a partir de discussões relativas ao paradigma da empresa flexível e integrada; e (estritamente ligado a isso) – em termos da consideração das tecnologias no trabalho escolar não apenas como método/recurso de ensino, (ou de gestão escolar), mas também como conteúdo/objeto de ensino.

É relevante destacar as concepções de tecnologia e mediação. Na ótica técnico-científica, a tecnologia, conforme Oliveira (1999, 2000), refere-se a arranjos materiais e sociais que envolvem processos físicos e organizacionais, referidos ao conhecimento científico

aplicável. Nesse contexto, sustenta Oliveira (1999) que as “tecnologias são produtos da ação humana, historicamente construídos, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciadas por eles. Assim, os produtos e processos tecnológicos são artefatos sociais e culturais que carregam consigo relações de poder, intenções e interesses diversos.” Por sua vez, o termo mediação tecnológica deve ser entendido como uma ponte estabelecida entre as práticas pedagógicas, bem como entre essas práticas e outras práticas sociais, que atuam de maneira independente umas das outras.

Políticas Públicas de Educação no Brasil

A política compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. As políticas públicas - com destaque para as áreas de economia, trabalho, saúde, educação, segurança, sócio-ambiental, ciência e tecnologia e inovação -, são ações e medidas adotadas pelo Estado para atender as demandas da sociedade. As políticas públicas, no seu processo de estruturação, devem seguir um roteiro claro de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes delineadas nas normas constitucionais. Esses esforços buscam suprir as necessidades da sociedade em termos de distribuição de renda, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal.

Deve-se ressaltar que, nas sociedades complexas, onde ocorrem conflitos e interesses de diferentes matizes, especialmente de classe, as políticas públicas decorrem do embate de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos que são produzidas pela interação de distintos atores e grupos de pressão que disputam o Estado. Os principais atores, nesse cenário, são os políticos e os partidos políticos, os segmentos empresariais, os sindicatos, as organizações não governamentais, entre outras.

A educação vem assumindo papel de relevo no elenco das políticas públicas no país, especialmente a partir da década de noventa, quando se tem início a intensificação do discurso e das propostas que visam garantir educação para todos. Verifica-se, nesse cenário, que o texto constitucional de 1988 reafirmou a educação como um direito de todos, definindo a quem cabe a responsabilidade por sua promoção e incentivo, e estabelecesse seus fins. As bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, que foi regulamentada pelo Decreto nº. 5.622, de 2005 (publicada em 20.12.05).

Os avanços da educação a distância no Brasil podem ser constatados em algumas experiências bem sucedidas, como por exemplo, a experiência do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro -Cederj, orientada para a interiorização e formação de professores; a experiência da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em relação à formação de professores em exercício; a experiência da Universidade Anhembimorumbi, no que diz respeito à incorporação dos 20% que pode ser a distância nos cursos presenciais; a experiência da FGV (Fundação Getúlio Vargas) on-line. A Unisul, de Santa Catarina, é uma experiência bem sucedida de universidade comunitária, além da Universidade Corporativa do Banco do Brasil.

Interação Entre Educação a Distância e Educação Presencial

Os indicadores recentes da educação no Brasil revelam - em que pese mostrar que houve melhoras significativas nos últimos anos - que ainda está longe da situação ideal. Essa afirmação está evidenciada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE, 2007), revelam que 1,8 milhões de jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola. No esforço de melhorar esse cenário, novas políticas públicas de incentivo à educação e novas maneiras de aprendizado vem sendo implementadas no país. No conjunto dessas ações destaca-se a priorização da educação a distância (EaD), em nível de graduação.

A possibilidade de ampliar a oferta de educação a distância nas instituições de ensino superior - públicas e privadas - no Brasil, em termos legais, foi concretizada por meio da Portaria do Ministério da Educação nº. 2253, de 2001. Essa norma legal - que definiu que até 20% das disciplinas do curso presencial poderiam ser ofertadas na modalidade a distância - permitiu que se legalizasse a utilização isolada de disciplinas a distância nas instituições de ensino superior.

Observa-se que, as instituições de ensino superiores vêm optando por duas alternativas distintas: o voluntarismo ou o planejamento pontual, no que se refere a oferta dos vinte por cento a distância. Na alternativa voluntarista, a instituição não interfere no processo de adesão dos professores no que trata da utilização de atividades virtuais. Neste caso apenas os professores mais flexíveis e motivados passam a adotar a EaD. Este processo é perceptível nas universidades públicas, nas quais existe uma rigidez e enormes dificuldades para mudar um projeto pedagógico. Nessas instituições de ensino as iniciativas de mudança tendem a ser mais individuais do que institucionais.

Por sua vez, inúmeras outras instituições passaram a disponibilizar disciplinas específicas no ambiente virtual, em especial aquelas em que os alunos tinham maiores dificuldades, como por exemplo, as dependências, recuperações, reprovações.

Estatísticas da Educação Superior no Brasil

A história da universidade brasileira não foi a mesma de suas congêneres da América Latina, visto ter sido implantada tardiamente. Verifica-se, entretanto, que nas últimas quatro décadas o Brasil passou por uma expansão pouco vista em outros países em desenvolvimento. Os elevados níveis de privatização da educação superior no Brasil, e pela concentração de matrículas nas ciências sociais, negócios e direito, se apresentam como os principais gargalos nas definições de políticas públicas para a educação superior brasileira.

Os dados publicados sobre a distribuição de cursos superiores por áreas do conhecimento (MEC/INEP, 2007), indicam que as áreas de ciências sociais, negócios e direito concentram o maior percentual de cursos superiores: 31,2% (8.059). Das outras sete grandes áreas do conhecimento existentes na educação superior no Brasil, a de educação é a que tem a segunda maior participação, com 29,2% (7.539), em seguida vêm ciências, matemática e

computação com 11% (2.842 cursos), e saúde e bem-estar social com 10,5% (2.718). Constata-se, assim, que cerca de 70% desses cursos estão concentrados em direito, administração, educação e humanidades e artes, enquanto as engenharias de produção e construção detêm apenas 4,9% dos cursos.

Esses dados indicam que existem sérias distorções na prioridade de investimento do setor privado, que é o responsável por 73% das matrículas no ensino superior no país. Os dados divulgados pelo Global Education Digest - 2006 (UNESCO, 2006), indicam que a participação do setor privado na educação superior é inferior a 25% nos Estados Unidos e menos de 10% no Canadá. Por sua vez, observa-se que o segmento privado vem concentrando suas ofertas de cursos em áreas do conhecimento com custos de implantação baixos. Isso é agravado, também, pelo baixo desempenho da economia nas últimas décadas, o que tende a contribuir para reduzir a demanda por cursos das áreas tecnológicas. Por sua vez, o poder público vem reduzindo a sua capacidade de investimento na área, apesar dos gastos elevados por aluno no ensino superior.

Indicadores da Educação a Distância

O Brasil, com base no Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (ABED, 2006), contava em 2005 com 217 instituições credenciadas oficialmente para ministrar cursos a distância. Em termos absolutos, o número de estudantes passou de 309 mil em 2004 para 504 mil em 2005. Desse total, 59,7% estão em cursos de graduação, tecnológico ou de pós-graduação. Os outros 40,3% cursaram EJA (educação de jovens e adultos), Ensino Fundamental, médio ou técnico. O ritmo de abertura de cursos cresceu 473%: em 2004, foram criados 56; em 2005, 321. Entre as principais justificativas estariam a demanda, principalmente dos professores da educação básica sem formação superior; mudança na legislação, que deixou mais claro o processo de credenciamento; o crescimento da banda larga no país; e o fato de a União adotar projetos de longo prazo no setor, como a criação da Universidade Aberta do Brasil. Registre-se que o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (AbraEAD) é elaborado pelo Instituto Monitor, com o apoio da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED).

Os dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância de 2006 (AbraEAD, 2007), que se referem a cursos autorizados pelo Ministério da Educação e pelos conselhos estaduais de educação como graduações, pós-graduações, aulas de educação básica, técnica e Educação de Jovens e Adultos (EJA) indicam que o de alunos matriculados em cursos de educação à distância no país cresceu 54% de 2005 para 2006, passando de 504.204 para 778.458.

Os dados do Anuário Estatístico de 2007 (AbraEAD, 2008) assinalam que em todo o país existem 972,8 mil os estudantes em todas as áreas de ensino a distância (crescimento de 24,9% comparado ao ano de 2006), desde o antigo supletivo até a pós-graduação, passando por cursos técnicos e de extensão, sendo 727 mil nos níveis de graduação e pós-graduação. Na graduação existem 430 mil alunos, o que representa 45% do montante total. Na graduação e na pós-graduação são 356% de crescimento em quatro anos. Não estão incluídos nesse total os cursos livres e de educação corporativa, que ultrapassa 2,5 milhões.

Isso representa um crescimento de 213% no número de alunos a distância no Brasil no período de 2004 a 2007.

Deve-se ressaltar que os dados do Censo de Educação Superior do MEC/INEP (2009) revelam que existem 769 mil alunos nos níveis de graduação e pós-graduação. Os dados apurados pelo INEP/MEC são feitos num espaço temporal diferente. Os dados do INEP/MEC foram realizados no meio do ano de 2008, enquanto os dados do Anuário Estatístico da AbraEAD de 2008 foram realizados no final de 2007. Por sua vez, os dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (MEC/CAPES, 2009), indicam que a rede da UAB conta 74 instituições e 105 mil alunos inscritos no ensino público a distância.

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE, 2007), por sua vez, mostram que o percentual dos jovens brasileiros, entre 18 e 24 anos, que conseguem ingressar no ensino superior é muito baixo, o que coloca o Brasil numa posição bastante desconfortável quando comparado com os demais países da América Latina em termos de acesso ao ensino superior.

Criação da Universidade Aberta do Brasil

A Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada no âmbito do Ministério da Educação, em 2005, é parte integrante desse esforço no campo da estruturação de políticas públicas em educação a distância (EaD). Observa-se que o modelo da UAB tem como referência a experiência espanhola da Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), mas não está orientada para reproduzir os modelos da UNED. Tem a UAB, também, uma forte interação com a The Open University (Reino Unido). Assim, o modelo da UAB é um modelo em construção, com ligações com outras experiências internacionais. O programa tem como objetivo a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino público superior e gratuito no país, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino. Registre-se que, o programa não é uma nova universidade, mas uma nova experiência que congrega o conjunto das atividades das universidades e dos Cefets.

A criação da UAB e os estímulos que estão sendo gerados para promover um crescente envolvimento das instituições públicas de educação superior federais, estaduais e municipais com a educação a distância (EaD) são medidas importantes no campo das políticas públicas no país. É a partir dessas políticas públicas de educação a distância que tem início um processo de democratização do acesso à educação continuada. Isso ocorre por meio da oferta de oportunidade de educação da qualidade para pessoas que estão distantes de centros de formação, impossibilitadas de frequentar os ambientes presenciais e para os tem alguma dificuldade de locomoção.

As instituições que participam da UAB são reconhecidas pelo MEC, que ofertam cursos a distância que atendem exclusivamente ao programa UAB. Estas instituições são caracterizadas por universidades (federais, estaduais ou municipais) e Institutos de

Educação Tecnológica - os IFETs. A responsabilidade de requerer as autorizações de funcionamento dos cursos a distância e reconhecimento destas autorizações é destas instituições. Mas é responsabilidade do MEC/CAPES/UAB a seleção dos cursos que farão parte do programa UAB. Esta seleção está associada ao que se chama de articulação, que é o curso a ser ofertado em um determinado pólo. A área de atuação de instituição está associada, em geral, ao seu estado (UF), ou estados próximos. Registre-se que a UAB é um programa ligado à Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES/MEC). Veja a esse respeito o site: <http://www.uab.capes.gov.br/>.

Projeto Piloto da Universidade Aberta do Brasil

No conjunto das ações governamentais para realizar as políticas públicas de educação a distância deve-se ressaltar que o projeto piloto da Universidade Aberta do Brasil recaiu no curso de graduação em administração, em decorrência de suas características e peculiaridades. O curso-piloto teve início em junho de 2006 e deverá ser concluído em dezembro de 2010. Além de um currículo único no país, com duração de quatro anos e meio (nove semestres), observa-se no projeto político pedagógico do citado curso a transformação do binômio ensino/pesquisa em trinômio ensino/pesquisa/prática profissional (MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 44-45). Essa inovação visa à integração do estudante no corpo social como elemento ativo, participante na criação do conhecimento. Dessa forma, o aluno deixa de ser um mero receptáculo deste conhecimento. Veja a esse respeito <http://www.uab.capes.gov.br>.

O projeto-piloto do curso conta atualmente com mais de 13 mil alunos, ofertado numa rede de 24 universidades públicas de educação superior (federais e estaduais). Destacamos no quadro 01 as vinte principais instituições públicas de ensino superior que ofertam o curso piloto de Administração no país, as quais possuem mais de 10 mil alunos. O curso utiliza pólos em todo o território nacional para os encontros presenciais. Torna-se importante destacar que as aulas do curso de graduação em administração a distância, conforme definido no projeto político pedagógico do curso, em sua maioria são virtuais (80%) e as restantes são presenciais (20%). Isso vem exigido dos alunos uma forte dedicação ao cumprimento das exigências de aprendizagem dos conteúdos das matérias e tarefas, de forma disciplinada, todos os dias. Especial atenção está sendo dada às avaliações dos alunos e do curso – uma das etapas sensíveis do processo de educação a distância –. Esses esforços visam elevar a qualidade de sua formação acadêmica, o que tem exigido que eles passem por um processo rígido, tanto no ambiente virtual como no presencial (provas).

Quadro 01: Principais Instituições Públicas de Ensino Superior Federal e Estaduais que ofertam o Curso Piloto de Administração no Brasil

IPES	Total de Alunos		
UECE	232		
UEPB	482		
UFAL	500		

UFC	248		
UFES	500		
UFG	667		
UFJF	378		
UFLA	500		
UFMS	331		
UFMT	500		
UFPA	479		
UFPR	250		
UFRN	592		
UFRS	651		
UFSC	611		
UFU	580		
UFV	394		
UnB – Campus	583		
UnB – Região Norte	482		
UNIVIMA UEMA	644		
Total	10.200		

Fonte: MEC, 2008.

Os resultados das avaliações do curso de graduação em administração feitas no conjunto das instituições públicas de ensino superior – federais e estaduais –, integrantes do consórcio do projeto-piloto da UAB/MEC, demonstram a validade das avaliações feitas para aprimorar o processo de gestão do curso (MATIAS-PEREIRA et al, 2006, MATIAS-PEREIRA; SANABIO, 2007). Registram-se, por sua vez, algumas limitações do método usado que precisam ser apontadas. Inicialmente, deve ser lembrado que as respostas a questionários possuem alto grau de subjetividade pelo diferente entendimento das pessoas em relação às escalas. Além disso, embora os coordenadores do curso de ADM-EaD tenham muito a contribuir em termos de críticas e sugestões, em muitos casos, eles não têm os conhecimentos e as experiências necessárias.

Ficou evidenciado, também, com base nas avaliações do referido curso de graduação em administração a distância, que, a partir de um modelo de gestão adequado, é possível ministrar cursos de graduação de boa qualidade a distância, utilizando novas tecnologias para reduzir as diferenças e criar movimentos significativos de inclusão. Isso está configurando-se nessa rede de 25 universidades – apoiada pelo MEC/UAB e o Fórum das Estatais (Banco do Brasil) –. Esses esforços estão contribuindo de maneira efetiva para a criação de uma nova cultura de educação a distância no meio acadêmico e mostrando que a educação a distância é uma ferramenta essencial para apoiar o novo modelo de políticas públicas de inclusão social por meio da educação no país.

Papel do Administrador na Sociedade

A formação profissional é caracterizada como um sistema intencional para criar habilitações, tanto quanto possível, permanentes, para os papéis que a sociedade exige na

produção de bens e serviços. A formação profissional aqui assinalada é a que trata da formação escolar ou acadêmica: é o processo que envolve a maioria das profissões, tanto de nível médio como superior, e consiste em um ‘currículo’ composto de ‘matérias’ ou ‘disciplinas’, carga horária com base em pressupostos educacionais, socioeconômicos e filosóficos, envolvendo no processo de aprendizagem/ formação, tanto assuntos teóricos como práticos.

A escolha do curso de graduação em administração, como projeto-piloto da UAB/MEC, decorreu da existência de uma significativa demanda e pela relevância do papel do administrador na sociedade, revelou-se adequada. Na definição dessa escolha, não foram encontradas restrições pedagógicas no processo de aprendizagem do aluno e futuro profissional em administração, que poder ser feita por meio de conteúdos que lhes são ensinados em nível presencial ou na modalidade a distância. Nesse sentido, veja a Lei nº. 4.769, de 09 de setembro de 1965, que "Dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador e dá outras providências", bem como a legislação complementar.

Para cumprir o seu papel, no mundo contemporâneo, o administrador necessita ter uma formação acadêmica de boa qualidade, visto que possui um amplo campo de atuação. Destacam-se, entre essas áreas: a Administração Pública; Administração Financeira; Administração de Material; Administração Mercadológica/Marketing; Administração de Produção; Administração e Seleção de Pessoal/Recursos Humanos/Relações Industriais; Orçamento; Organização e Métodos e Programas de Trabalho e demais campos conexos.

Avaliação de Cursos de EAD

A relevância da EaD está evidenciada em diversas medidas institucionais que estão em curso na área. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais desenvolveu recentemente instrumentos de avaliação em EaD a partir do referencial de qualidade. Os referidos instrumentos de avaliação do INEP para educação superior a distância inserem-se no ordenamento legal vigente que permitirá operacionalizar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES foi criado pela Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004 que instituiu a avaliação das instituições de educação superior, de cursos e do desempenho dos estudantes de forma integrada.

Homologados pelas portarias do MEC nºs. 1047, 1050 e 1051, de 08 de novembro de 2007, os instrumentos de avaliação serão utilizados pelo INEP para o credenciamento de instituições para oferta de EaD, credenciamento de pólos de apoio presencial e autorização de cursos na modalidade a distância. Essas portarias tratam, respectivamente, da sistemática de credenciamento de instituições para a oferta da modalidade de EaD; credenciamento de pólos de apoio presencial para EaD; e, autorização de cursos para oferta na modalidade de EaD.

Convergência Entre Educação Presencial e a Distância

O debate sobre o “blended learning”, ou seja, o ensino e aprendizagem semi-presencial revela-se relevante no contexto atual, em termos práticos e acadêmicos. Inúmeros autores,

como por exemplo, Sangrà (2002), Aretio (2004), Matias-Pereira (2008), entre outros, mostram que o caminho da educação passa pela convergência entre o presencial e o virtual, na combinação integrada de tempos e espaços, tornando o currículo flexível. No Brasil temos o limite dos vinte por cento. Outros países estão implantando o ensino semi-presencial ou blended learning sem limites legais.

Apoiado na extensa literatura científica aqui citada é possível argumentar que a educação presencial e a virtual convergem para se complementarem na medida em que a educação pode apropriar-se das possibilidades de criatividade da educação virtual para melhorar e ampliar os seus processos e ações orientadas para o ensino-aprendizagem. Por sua vez, a educação virtual como sistema se beneficia da metodologia de trabalho educativo e de comunicação, torna-se indispensável para os casos em que a finalidade da relação na rede vai além da simples busca de informação.

Observa-se, por sua vez, que inúmeras universidades públicas desenvolveram, nos últimos anos, projetos de ensino aberto com o objetivo de oferecer aos professores das disciplinas de graduação um ambiente virtual para ser usado livremente pelos docentes e alunos como apoio ao ensino presencial. É perceptível, nesses esforços, a crescente utilização do Moodle e do Sloodle como ferramentas para apoio ao ensino presencial, possibilitando dessa forma aumentar a “virtualização” do ensino presencial. Esses projetos representaram uma iniciativa significativa para a expansão do uso de ambientes virtuais. A adesão ao uso dessa tecnologia, entretanto, não ocorreu de forma uniforme entre as diferentes universidades e unidades de ensino. Destacam-se, entre essas instituições, as experiências positivas em curso da Unicamp, UFRJ, UnB, UFSC, UFMT, entre outras.

Com base nessas transformações podemos argumentar que no médio prazo os conceitos entre curso presencial e a distância não serão mais os mesmos, visto que não teremos mais cursos presenciais puros (SANGRÀ, 2002a, ARETIO, 2009). Os modelos de gestão das universidades, também, terão que ser redefinidos, com vista a se ajustarem a essas mudanças na organização dos processos de ensino-aprendizagem. A crescente flexibilização que será exigida para os novos cursos, a forma de utilização dos tempos, espaços, gerenciamento, interação, metodologias, tecnologias, avaliação não serão mais as mesmas. Essa nova concepção de educação irá exigir profundas modificações institucionais e culturais na gestão e nos projetos político-pedagógicos dos cursos, na concepção das aulas, na utilização de técnicas, de comunicação e de pesquisa nas universidades. Nesse sentido, as áreas envolvidas com a educação a distância nas instituições de ensino superior têm um papel essencial nessas mudanças. Isso deve ser feito por meio da intensificação da atração e envolvimento das direções e grupos de professores das faculdades, institutos e departamentos no esforço de facilitar essa interação entre a educação presencial e o virtual.

Considerações finais

Observa-se, no mundo contemporâneo, que as mudanças de paradigmas no campo das tecnologias de informação e comunicação estão refletindo de forma intensa na sociedade mundial, em particular na geração de novas possibilidades na definição de políticas públicas de educação. Assim, a partir da nossa preocupação em analisar as limitações e as

possibilidades da educação superior a distância, apoiada na utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação (TICs), no contexto das novas políticas públicas de educação, como instrumento de inclusão social no Brasil, torna-se possível argumentar:

Ficou razoavelmente evidenciado nesta análise que a EaD, em que pese o país ainda possuir diversas deficiências de recursos humanos, infra-estrutura e de tecnologias de informação e comunicação, se apresenta como uma ferramenta importante no processo de construção de políticas públicas de educação no país. A utilização da ferramenta de EaD tem se mostrado válida num país de perfil continental e marcado pela diversidade, em um contexto onde a aprendizagem continuada passou a fazer parte na vida das pessoas. Ficou razoavelmente evidenciado que a EaD, em que pese ainda possuir diversas deficiências de recursos humanos, infra-estrutura e tecnologias, se apresenta como uma ferramenta importante no processo de construção de políticas públicas de educação superior no país, e dessa forma, contribuindo para uma crescente inclusão social no país.

Observa-se que o crescente aumento da importância da EaD tem contribuído para elevar a tensão entre os paradigmas presentes na educação brasileira. O uso das novas tecnologias de informação e comunicação está provocando uma metamorfose intensa nas relações humanas, em especial no campo da educação, reforçando a idéia de que as IES devem se adequar às necessidades das diversas camadas da população, entre elas o uso de mídias e de novas práticas docentes (LÉVY, 1993, p. 7). No contexto dessas transformações, que estão impactando em diferentes níveis da vida social, provocando assim profundas mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais, entre outras. Como não poderia deixar de acontecer, também estão afetando as escolas e o exercício profissional da docência.

O avanço e utilização de novas tecnologias comunicativas, segmento onde o acesso tende a se tornar cada vez mais barato, aliado a uma crescente necessidade de formação e educação da cidadania, são fatores que contribuem para a viabilização da educação a distância no Brasil. O uso intensivo das novas tecnologias - caracterizadas pela interatividade e pela sua capacidade de uso individualizado -, permite-nos argumentar que o processo de aprendizagem continuada passou a fazer parte na vida das pessoas e cabe a escola repensar seus valores para capacitar o aluno a aprender qualquer assunto que lhe interessa. O ensino a distância apresenta-se como uma ferramenta importante no contexto desse novo paradigma, visto que pode atender um grande universo de pessoas dispersas geograficamente, além de permitir a atualização constante das informações, em especial, por meio da Internet.

A utilização das tecnologias da informação e da comunicação, entretanto, exige do aluno habilidades específicas, como por exemplo, saber acessar e organizar informações. O mero acesso a informação não garante por si só a construção de conhecimentos. Dessa forma, pode-se argumentar que o caminho mais importante para a construção do conhecimento é a consciência do indivíduo sobre seu próprio processo como aprendiz.

As evidências constatadas neste estudo revelam que, para viabilizar-se a EaD, apoiada nas novas TICs, necessita superar inúmeros obstáculos, entre os quais destacamos os seguintes: permitir ou ampliar o acesso; implementar um sistema educacional mais personalizado; elevar a flexibilidade dos sistemas de estudo; produção de materiais e contextos mais

interativos; equilibrar a personalização com a cooperação; e a busca permanente da qualidade do ensino-aprendizagem. Revelou também, que a educação a distância e a educação presencial não devem ser vistas como formas de educação antagônicas, mas entendidas como modalidades diferenciadas, com peculiaridades e características específicas, que não são excludentes.

Concluimos que a ampliação das ações do Estado brasileiro, em termos de estímulos governamentais e de desenvolvimento de pesquisas, exige medidas criativas e inovadoras no campo das políticas públicas de educação superior, com ênfase em recursos humanos, infra-estrutura e investimentos em novas tecnologias de informação e comunicação, para dessa forma, viabilizar uma crescente inclusão social no país.

Referências

- ARETIO, L.G. Educación a Distancia hoy. Madrid: Uned, 1996.
- ARETIO, L.G. Saberes en la Educación a Distancia. Cátedra Unesco de Educación a Distancia. Editorial del BENED. Boletín Electrónico de Noticias de Educación a Distancia – UNED - España. Nº. 210, 21 enero 2009, pp. 1-7. <http://www.uned.es/catedraunesco-ead/editorial/p7-1-2009.pdf>
- ABED. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Monitor, 2006.
- ABED. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Monitor, 2007.
- ABED. Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância. São Paulo: Monitor, 2008.
- BAKER, D. Inequality across societies: families, schools and persisting stratification. 1st ed. Amsterdam - London: JAI, 2004.
- BECKER, F. O que é Construtivismo? São Paulo: FDE; 1994, p. 87-92.
- BECKER, G. Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education. New York: Columbia University Press, 1975.
- BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial. São Paulo: Cultrix, 1973.
- BRASIL Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2008.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Censos de Educação Superior – 2005/2008. Brasília: MEC/INEP, 2009. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 03 set. 2009.
- BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. PNAD 2006. Rio de Janeiro: MPOG/IBGE; 2007. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2009.
- CASTELLS, Manuel. Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional. In: CASTELLS, Manuel et al. Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Cap. 1, p. 3-32.
- CASTELLS, Manoel. A sociedade em rede. In: A era da informação: economia, sociedade e cultura. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSCARELLI, C. V. Leitura numa sociedade informatizada. In: Mendes, Eliana Amarante M, Oliveira, Paulo M, Benn-Ibler, Veronika (Orgs.). Revisitações. Belo Horizonte: UFMG, 1999, p. 83-92.
- FREIRE, P. Papel da educação na humanização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo: Unesp, 1997.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- HOLMBERG, Börje. Educación a distancia: situación y perspectivas. Buenos Aires: Editorial Kapeluz, 1985a.
- HOLMBERG, B. Status and Trends of Distance Education, 2nd. Edition, Sector Publishing, Sveden, 1985b.
- HOLMBERG, B. Theory and practice of distance education. Nova York: Routledge, 1989.
- KEEGAN, S. D, HOLMBERG, B., MOORE, M. G., et al. Distance education International perspectives. London: Routledge, 1991.
- KEEGAN, D. Foundations of distance education. 2nd. Edition. London: Routledge, 1991.
- KEEN, P. G. W. Guia gerencial para a tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- KENSKI, Vani M. O Ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologias, in Didática: O ensino e suas relações. Ilma P. Alencastro Veiga (org.). Campinas SP: Papirus, 1997.
- KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.
- LÉVY, P. As tecnologias da inteligência – O futuro do pensamento na era da informática. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.
- LÉVY, P. A inteligência coletiva. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MACHADO, Nilson José. Conhecimento e valor. São Paulo: Moderna, 2004.
- MAIA, M. C. e ABAL, M. Distance Training: Case Study in Europe. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS, IV, 2001. Anais. Guarujá: SIMPOI, 2001.
- MATIAS-PEREIRA. J. Evolução dos Conceitos de Educação a Distância. Brasília: PPGA/UnB, 2005.
- MATIAS-PEREIRA. J. et. al. Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Administração a Distância. Brasília: UAB/MEC, 2006. Disponível em <http://www.adm-ead.unb.br>.
- MATIAS-PEREIRA. J. e SANABIO, Marcos Tanure. Universidade Aberta do Brasil: Um estudo de caso do processo de institucionalização e gestão do curso de graduação em Administração. Rio de Janeiro: Anais do ENANPAD 2007, setembro de 2007, p. 1-15.
- MATIAS-PEREIRA, J. Public Policies of Education in Brazil: The Use of EAD as Instrument for Social Inclusion. Journal Technology Innovation, Vol. 3, Special Issue 1, 2008, pp. 44-55
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Formação do administrador profissional. Revista Brasileira de Administração, São Paulo, ano XV, n.50, p.24-25, set.2005.
- MOORE, M. G. *Towards a theory of independent learning and teaching*. Journal of Higher Education, vol. 44, p. 661-679, 1973.
- MOORE, M.G. Distance Education: a learner's system. Lifelong learning: an omnibus of practice and research, v. 12, n.8, p. 8-11, 1989.
- MOORE, M. G.; KEARSELY, G. Distance Education: Systems View. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1996.
- MOORE, M.G., ANDERSON, W.G. HandBook of Distance Education. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2003.
- MORAN, M. J. M. Educação **inovadora presencial e a distância**. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: http://www.eca.usp.br/prof/moran/inov_1.htm. Acesso em: 31 set. 2009.
- PETERS, O. Didática do ensino à distância. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- PETERS, O. Learning and teaching in distance education: Analysis and interpretations from an international perspective. London, UK: Kogan Page, 1998.
- PIAGET, Jean. Epistemologia Genética. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ROSENBERG, M. J. E-Learning – Strategies for delivering knowledge in the digital age, New York: McGraw-Hill, 2001.

- ROSINI, A. M.; PALMISANO, A. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- RYAN, S. et al. The virtual university: The Internet and resource-based learning. London: Kogan Page, 2000.
- SANGRÀ, A. "Educación a distancia, educación presencial y usos de la tecnología: una tríada para el progreso educativo". EDUTEC, Revista Electrónica de Tecnología Educativa, nº. 15. Palma de Mallorca: Grupo de Tecnología Educativa, Universitat de les Illes Balears, 2002a.
- SANGRÀ, A. "Éducation en presence et à distance: point d'encontre". In GONZALEZ SANMAMED, M., et al. Presence e distance dans la formation à l'échange. Pavia: Íbis, 2002b.
- SCHWARTZMAN, S. Educação e pobreza no Brasil. In: SCHWARTZMAN, S. et al. Educação e pobreza na América Latina. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006, p. 9-37.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WEBSTER, Frank. Information and the idea of an information society. In: WEBSTER, Frank. Theories of the information society. London: Routledge, 1995. Cap. 2, p. 6-51
- WEDEMEYER, C. Learning at the Back-door. Madison: University of Wisconsin, 1981.